

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

26/04/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Entidades celebram queda de MP e querem mais intermitentes

A queda da MP (medida provisória) que regulamentava a reforma trabalhista foi comemorada por empresários dos setores de comércio e serviços, que esperam ampliar o uso do contrato de trabalho intermitente nos próximos meses. Para advogados ouvidos pela Folha, porém, a celebração é precipitada já que a insegurança jurídica desse tipo de contratos foi agravada sem a MP. Criada pela reforma, a modalidade intermitente permite que o funcionário ganhe por tempo trabalhado, desde que respeitado o salário mínimo por hora (R\$ 4,26). A convocação ao serviço deve ser feita com três dias de antecedência. A MP regulamentava uma série de pontos desse tipo de trabalho. Determinou que, se receber menos que o mínimo, o trabalhador precisaria pagar a diferença da contribuição previdenciária para poder se aposentar. O texto também esclareceu que o intermitente teria direito a auxílio-doença e salário-maternidade, pagos pela Previdência Social, e acabou com a obrigação do funcionário de pagar uma multa de 50% de sua remuneração caso faltasse ao trabalho. Foi criada, ainda, uma quarentena de 18 meses, para evitar que demitidos fossem recontratados como intermitentes, e o trabalhador ganhou a possibilidade de parcelar as férias em até três períodos. Agora, todas essas previsões foram revogadas. Com mais de mil emendas propostas (muitas vindas da oposição), a MP caducou nesta segunda-feira (23), sem tramitar. "Dei graças a Deus que [a MP] acabou não passando", diz Ivo Dall'Acqua Junior, vice-presidente da FecomercioSP. "Ia dar uma salada de frutas no Congresso, com todas essas emendas, e era um texto excessivo, redundante." Paulo Solmucci, presidente da Abrasel (Associação Brasileira de Bares & Restaurantes) e da Unecs (União Nacional de Entidades de Comércio e Serviço), diz que o fim da MP é um sinal verde para ampliar contratações intermitentes, especialmente por redes de fast food que adotam essa modalidade em outros países. A Abrasel tem uma campanha publicitária pronta para instruir restaurantes sobre a contratação de intermitentes. "As grandes redes vão adotar e dar o exemplo para as pequenas. Até junho, vamos surpreender o Brasil com o número de contratações de intermitentes", afirma. Mas a segurança dessa expansão depende de como vão reagir os tribunais e do teor da nova proposta de regulamentação que o governo planeja, segundo advogados.

Governo discute projeto de lei para ajustar reforma trabalhista

Para contornar as críticas sobre o endurecimento das regras da reforma trabalhista, o presidente Michel Temer discute um projeto de lei para retomar pontos que estavam na medida provisória que perdeu a validade nesta semana. A ideia é enviar ao Congresso Nacional uma proposta com pelo menos três pontos: dificultar a atuação de grávidas e lactantes em ambiente insalubre, indenização por danos morais proporcional ao teto do INSS (e não ao salário) e a taxação de gratificações pagas a trabalhadores em cargos de chefia. Esses pontos, que estavam em vigor durante a vigência da medida provisória, só se tornariam lei após a aprovação do projeto no Poder Legislativo—que tem dificultado a aprovação de pautas governistas e deve diminuir as sessões de votação com o início da campanha eleitoral. A previsão, segundo o Palácio do Planalto, é enviar a iniciativa até o fim de maio. Antes disso, será editado decreto com regulamentação da reforma na próxima semana. O projeto de lei é necessário diante da impossibilidade de o decreto alterar pontos da reforma trabalhista. Uma das entidades críticas à reforma trabalhista, a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), aponta que um decreto, neste caso, só pode regulamentar pontos que já se tornaram lei. "Não pode haver inovação", explicou Guilherme Feliciano, presidente da associação, que já planeja acionar o STF (Supremo Tribunal Federal) se forem cometidos "excessos" em decretos ou portarias. "O contrato intermitente precisa de regulamentação", afirma Marcia Brandão, advogada do Braga & Moreno. "Com a MP já estava confuso e agora ficou mais confuso ainda." Para Daniel dos Santos, associado do Trench Rossi Watanabe, havia uma resistência a esses contratos porque estavam regulados por medida provisória. Um projeto de lei poderia ser uma solução.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 26/04/2018

Briga por reajuste do FGTS continua

MARCELO SANTOS

EDITOR

Apesar da vitória da União no Superior Tribunal de Justiça (STJ), sindicatos de trabalhadores e advogados não desistiriam da meta de derrubar a Taxa Referencial (TR) como índice de correção dos saldos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O FGTS é abastecido com recursos dos trabalhadores com carteira e aplicados pelos gestores para que alimente financeiramente os programas habitacionais do governo.

Porém, na hora em que o trabalhador vai sacar sua parte, geralmente ao ser demitido sem justa causa ou por meio de acordo agora previsto pela reforma trabalhista, recebe seu saldo com uma remuneração pífia, de 3% ao ano mais a TR, (de 0,6% no ano passado).

Nas contas do STJ, 409 mil ações reivindicam a mudança. A que motivou a decisão contrária da Corte pedia que o FGTS fosse corrigido por índice de inflação desde 1999.

Entretanto, no dia 11 último, a 1ª Seção do STJ decidiu que a TR deve ser mantida como índice de correção do FGTS. Tratou-se de uma grande vitória para a Advocacia-Geral da União (AGU), pois o entendimento deverá orientar todos os tribunais que julgarem casos semelhantes pelo País.

Fonte: Jornal A Tribuna
26/04/2018

ESTAMOS DE VOLTA!

SINOPSE SINTIUS

...no seu E-mail!

ACESSE TAMBÉM O NOSSO
WEBSITE:

<http://www.sintius.com.br>

Acidentes com quedas levaram 161 trabalhadores à morte

No ano passado, das 349.579 comunicações de acidentes de trabalho (CATs) feitas pelas empresas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 37.057 se referiam a quedas – 10,6% dos registros. As ocorrências chamam a atenção pela gravidade. Entre os acidentes fatais de trabalho no último ano, as quedas representaram 14,49% do total. Das 1.111 mortes em ambiente de trabalho registradas no ano passado, 161 foram causadas por quedas. Os dados revelam que os locais onde mais acontecem acidentes por queda são a construção civil, o transporte de carga, o comércio e hospitais. Esses acidentes geralmente têm relação com escadas, andaimes e estruturas e veículos motorizados. No ano passado, 56 trabalhadores morreram após caírem de andaimes e plataformas e 34 de veículos, como caçambas de caminhões.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 24/04/2018

Acidentes: GRT Santos participa de seminário

Dentro da programação "Abril Verde – em memória das vítimas de acidente de trabalho", a GRT Santos é parceira na realização da quarta edição do Seminário Unificado sobre Segurança e Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, no próximo dia 27, na sede do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP). A iniciativa da Fundação Jorge Duprat e Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro Baixada Santista) e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Santos (Cerest-Santos), tem a participação da Gerência Regional do Trabalho em Santos, bem como apoio de diversas entidades. O chefe de fiscalização da GRT Santos, Paulo Rogério Moreira, explica que esta é uma das ações da SIT, na CANPAT. "Estaremos promovendo a Integração com outros Órgãos e Entidades que têm função de reduzir acidentes do Trabalho, que também é um objetivo da GRT Santos".

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 24/04/2018

Desemprego cresce na Grande SP, aponta DIEESE

Pesquisa da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados e do Departamento de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Seade-Dieese) apontou que a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo fechou março em 16,9%, com crescimento de 0,5 ponto percentual em relação a fevereiro. O contingente de desempregados foi estimado em 1,860 milhão de pessoas, 59 mil a mais do que no mês anterior, resultado de uma retração no nível de ocupação de 36 mil postos de trabalho e do acréscimo de 23 mil pessoas à força de trabalho da região. Os dados da Secretaria de Planejamento e Gestão do Ministério do Trabalho/Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) demonstram ainda que o nível de ocupação caiu 0,4% e o contingente de ocupados foi estimado em 9,146 milhões pessoas. Segundo posição na ocupação, o número de assalariados permaneceu praticamente estável (-0,1%), mantendo-se no setor privado (0,1%) e com retração no setor público (-3,0%).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 26/04/2018

Sinopse Sintius 26/04/2018